
Governo pede derrubada de 5.209 sites de apostas ilegais

iGBRASIL

Notícias · Utilidades · Recursos para operadores de iGaming

Regulação · Urgente

Governo pede derrubada de 5.209 sites de apostas ilegais

MJSP e Fazenda ampliam em dez vezes a leva de bloqueios iniciada em 28/09 e estendem a ação a bancos, PSPs, lojas de aplicativos e plataformas de mídia

Por Redação iGBRASIL, Redação

Publicado em 02/10/2026 às 07h02

· 5 min de leitura

Por que importa

Quem mantém domínio, espelho ou aplicativo ativo no Brasil pode ser bloqueado sem aviso individual e enquadrado na multa diária prevista na MP 1.394/2026.

PSPs e gateways com contrapartes bloqueadas ficam com saldo preso, chargeback operacional e exposição em KYC/AML de recebedor.

Afiliados e redes de mídia que ainda apontam tráfego para domínios derrubados continuam respondendo por publicidade irregular.

Governo pede derrubada de 5.209 sites de apostas ilegais

O Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério da Fazenda solicitaram a derrubada de 5.209 sites de apostas ilegais em operação irregular no país, segundo comunicado oficial do MJSP publicado em 29 de setembro e confirmado pela Agência Brasil — a maior leva de bloqueios desde a edição da Medida Provisória 1.394/2026.

O número é uma ordem de grandeza acima da primeira ação de enforcement registrada após a MP, quando a força-tarefa derrubou 506 sites de apostas em 28 de setembro. Desta vez, o pedido vem acompanhado de medidas sobre o perímetro financeiro e de publicidade: bancos, prestadores de serviço de pagamento, lojas de aplicativos e plataformas de mídia.

O que a MP já determina

A MP 1.394/2026 foi publicada no Diário Oficial em 25 de setembro e está em vigor desde então, embora ainda dependa de aprovação pelo Congresso — há consulta pública sobre a matéria aberta no portal e-Cidadania do Senado. Pelo texto, conforme noticiou o Senado, as operações de apostas de quota fixa devem ser encerradas em 30 dias contados da publicação.

Os pedidos de bloqueio de domínio não são norma nova: são atos administrativos derivados da MP, apoiados na base anterior da Lei 14.790/2023 e nas portarias da SPA/MF. Isso significa que não há publicação individual para cada operador — a derrubada chega pelo provedor, sem notificação prévia ao titular do domínio. O descumprimento do encerramento, por sua vez, expõe o operador à multa diária de R\$ 200 mil prevista na MP 1.394.

Efeito já mensurável em pagamentos

O Yogonet Brasil registrou em 30 de setembro uma queda de 10% no volume do Pix após a proibição. O dado é de terceiro e não foi confirmado em nota do Banco Central nesta apuração; a base e a metodologia do cálculo também não foram divulgadas. Trate o número como indicação de direção, não como série oficial.

Para quem opera rota de entrada, o problema prático é anterior ao dado agregado: contraparte bloqueada gera saldo preso, chargeback operacional e exposição em KYC/AML de recebedor. A conciliação precisa estar fechada antes da janela de devolução de saldo aos apostadores, marcada para 9 a 14 de outubro.

O que fazer nesta semana

Governo pede derrubada de 5.209 sites de apostas ilegais

FrenteAçãoPrazo

Domínios e appsCruzar lista de domínios próprios, espelhos, aplicativos e parceiros com o pedido de bloqueio; desligar redirecionamentosHoje

PublicidadeConcluir a retirada de peças e campanhas do arAté 5/10

PagamentosCongelar rotas de entrada e conciliar saldo de jogadorAntes de 9/10

DevoluçãoExecutar a devolução de saldo aos apostadores9 a 14/10

OperaçãoEncerrar a atividade de quota fixa, conforme a MP30 dias a partir de 25/09

Frentes abertas e prazos conhecidos

A retirada de publicidade tem data própria: campanhas e peças precisam sair do ar até 5 de outubro. Tráfego de afiliado apontando para domínio já derrubado não resolve a exposição — a responsabilidade de publicidade segue no anunciante e na rede que distribui o criativo.

Checklist de 48 horas

Inventariar todos os domínios, subdomínios, espelhos e aplicativos associados à marca, incluindo os operados por parceiros.

Desligar redirecionamentos, pixels e campanhas que apontem para endereços na lista de bloqueio.

Congelar rotas de entrada no PSP e travar novos depósitos antes da conciliação de saldo.

Registrar em log datado cada ativo desativado, com horário e responsável.

Centralizar as comunicações recebidas de bancos, lojas de aplicativos e plataformas de mídia.

O log é a defesa

Diante de uma autuação por descumprimento da MP, a única peça de defesa disponível é o registro do que foi desativado e quando. Vale a mesma disciplina documental que o setor já aplica ao responder a ofício da SPA/MF sem improviso: data, hora, ativo, evidência e responsável, com guarda centralizada no jurídico.

Governo pede derrubada de 5.209 sites de apostas ilegais

A cadeia de afetados vai além do operador. Clubes e detentores de contrato de patrocínio já tiveram receita interrompida; afiliados e redes de mídia seguem com inventário vendido e criativo no ar; PSPs lidam com recebedores que deixaram de ter atividade autorizada. Nenhum desses elos recebe notificação individual do pedido de bloqueio.

O que ainda não está confirmado

A quantidade de aplicativos e de perfis em redes sociais incluídos no pedido: veículos secundários citam 186 apps e cerca de 2 mil perfis, números não confirmados em fonte primária nesta apuração.

Se há prazo formal para os provedores cumprirem a derrubada dos 5.209 domínios.

A numeração e o teor de duas resoluções do Banco Central noticiadas como vigentes desde 30 de setembro — sem confirmação no site do BCB até o fechamento desta edição.

A base e a metodologia do dado de queda de 10% no volume do Pix.

Nenhuma fala textual de autoridade foi obtida em fonte primária sobre esta leva de bloqueios. O iGBRASIL segue a checagem das resoluções do Banco Central e publicará o desdobramento de pagamentos assim que houver confirmação em fonte oficial.

Acompanhe cada leva de bloqueio

Receba no e-mail a checagem diária dos pedidos de derrubada de domínios e dos prazos da MP 1.394/2026 antes de a sua operação ser alcançada por um deles. Para receber a análise do que muda para operadores, assine a newsletter do iGBRASIL.

Assuntos:

Mercado ilegal · MJSP · MP 1.394/2026 · Pagamentos · Publicidade · SPA/MF

Fonte original:

<https://igbrasil.com/noticias/regulacao/governo-pede-derrubada-de-5-209-sites-de-apostas-ilegais>

Governo pede derrubada de 5.209 sites de apostas ilegais

Documento gerado em 02/10/2026 às 10h04.

Reprodução permitida mediante citação da fonte e link para o endereço acima.

© 2026 iGBRASIL. Conteúdo destinado a maiores de 18 anos.

iGBRASIL